

Desenvolvimento territorial e redes solidárias: reflexões sobre o potencial do Território do Recôncavo no estado da Bahia

Processo de produção do conhecimento: Avanço de investigação em curso

GT 07: Desenvolvimento territorial e local: desigualdades e descentralização

Autores:

Ana Georgina Peixoto Rocha (UFRB)
Ósia Alexandrina Vasconcelos (UFRB)

Resumo

O artigo tem como objetivo propor uma reflexão sobre as redes solidárias e o seu potencial enquanto estratégia de fortalecimento do tecido associativo, promovendo o desenvolvimento territorial. Argumenta-se que as redes solidárias, na medida em que articulam várias iniciativas no sentido da constituição de um circuito de relações econômicas e de intercâmbio de experiências e saberes, favorecem o desenvolvimento. São apresentadas algumas concepções teóricas fundamentando a discussão proposta no campo das redes solidárias. A abordagem territorial é o recorte para pensar o desenvolvimento, partindo do conceito de território enquanto unidade de planejamento. O Território do Recôncavo, no estado da Bahia, é o espaço de reflexão, discutindo-se o seu potencial organizativo para o fomento do desenvolvimento territorial centrado nas redes solidárias.

Palavras-chave: Redes Solidárias. Desenvolvimento Territorial. Recôncavo da Bahia.

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo discutir o desenvolvimento territorial no estado da Bahia com base na ideia do fortalecimento das redes de economia solidária. Interessa apontar a relação entre economia solidária e desenvolvimento territorial, que tem como eixo central a rede solidária. Diferentemente de outras políticas de desenvolvimento local (como os Arranjos Produtivos Locais), que pensam uma diversidade de ações em torno de uma única atividade produtiva, a rede solidária deve abarcar diversas ações e projetos em torno do desenvolvimento comunitário em suas diversas dimensões: política, cultural, econômica, social etc., por isso, estão (e devem permanecer) na agenda do desenvolvimento como estratégia sustentável, que fortalece os laços de cooperação (e não de competição) no tecido social do território.

A economia solidária envolve um vasto campo de práticas que tem ganhado destaque em recentes produções científicas e em políticas públicas de desenvolvimento e geração de emprego e renda. O termo identifica experiências organizacionais, formais ou informais, de caráter econômico, fundamentadas na solidariedade, que podem estar fundadas em perspectivas diferenciadas: alternativa ao desemprego e à exclusão social; modelo alternativo ao capitalismo; e/ou, uma utopia experimental da vivência de novas formas de sociabilidade e de valores (Moura & Meira, 2002).

O Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005, publicado em 2006 pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE como resultado do primeiro mapeamento da economia solidária, apontava 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários - EES, onde estão associados mais de 1,2 milhões de trabalhadores e trabalhadoras. O mapeamento mostrou que os EES estão presentes em todos os estados

brasileiros, mas sua distribuição se concentra na região Nordeste, onde estão 44% do total dos EES (ATLAS..., 2006). Em 2009, a Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão - ANTEAG organizou um panorama geral das informações colhidas no mapeamento entre os anos de 2005 e 2007. Foram identificados 21.859 EES, gerando trabalho e renda diretamente para mais de 1,6 milhões de pessoas. As cooperativas representam 10% dos EES mapeados no país até 2007 (Atlas..., 2009).

Esses são alguns dados que justificam a emergência e relevância da temática no campo teórico e demonstram que se trata de uma realidade bastante expressiva, com um debate ainda recente, longe de ser esgotado. Nesse sentido, o objetivo é provocar uma reflexão sobre o fomento ao desenvolvimento territorial, a partir do fortalecimento das redes de economia solidária.

Partindo-se da abordagem do desenvolvimento pautada no conceito de território enquanto unidade de planejamento da gestão pública, busca-se refletir sobre o potencial do estado da Bahia para a organização de redes solidárias. Com base em dados secundários, o foco são os empreendimentos econômicos solidários do Território do Recôncavo, que revelam um fértil campo de reflexões e análises para pensar políticas públicas e o papel desses empreendimentos no desenvolvimento. Na primeira parte do texto, apresenta-se a abordagem do desenvolvimento a partir do conceito de território enquanto unidade de planejamento da gestão pública. Em seguida, busca-se apresentar alguns conceitos que fundamentam a discussão proposta no campo da economia solidária. Por fim, toma-se como espaço de reflexão o Território do Recôncavo, na Bahia, discutindo o potencial organizativo para o fomento do desenvolvimento territorial, centrado nas redes solidárias.

2. Território e desenvolvimento territorial

O conceito de território retornou de forma significativa nas últimas décadas, com o seu uso crescente em diferentes políticas públicas. Como afirma Rückert (2005), a recuperação do conceito resgata, de um lado, a dimensão política do espaço, mas, de outro, gera confusões conceituais tanto no seu debate quanto na sua empregabilidade. O autor destaca que uma concepção que tem sido difundida é a dimensão do “uso do território”, concebida por Bertha Becker em caráter pioneiro, no início dos anos de 1980. Posteriormente, Milton Santos também aderiu ao uso do conceito, enquanto “território usado”: “por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada” (Santos & Silveira, 2005, p. 19). Segundo Rückert (2005), a crise do Estado desenvolvimentista tem levado a uma aproximação da geografia política de um objeto mais amplo e “flexível”: a multidimensionalidade do poder e da gestão do território. O uso atual do conceito de território incorpora, de forma crescente, um caráter multidimensional, destacando os múltiplos territórios e o processo de construção pelos diferentes atores das diversas territorialidades. Esse é um dos eixos centrais que norteiam algumas recentes políticas públicas, cuja base é a dimensão territorial.

A utilização do conceito de território para pensar uma nova perspectiva de desenvolvimento parece incorporar diferentes dimensões de um espaço geográfico, indo além do físico e do econômico, mas ressaltando, sobretudo, os aspectos que revelam as dimensões características dos seus próprios atores. Tartaruga (2005, p. 11), buscando analisar as contribuições do conceito de território da Geografia para o debate sobre a abordagem territorial, destaca a ideia de poder: “[...] em termos práticos, o território deve ser determinado a partir do reconhecimento das relações de poder projetadas no espaço entre os diversos atores”. Nesse sentido, o território é entendido como uma “construção social”, que resulta do conjunto das relações sociais existentes em um dado espaço.

A abordagem territorial do desenvolvimento está pautada em uma resposta às políticas tradicionais, caracterizadas como centralizadas e setoriais, implantadas sem a participação da sociedade e ignorando as especificidades locais. A noção de desenvolvimento territorial incorpora muitos aspectos presentes na perspectiva de desenvolvimento local. Alguns autores consideram que os termos podem ser utilizados como sinônimos, ressaltando apenas a ideia de dimensões e escalas diferentes.

No estado da Bahia, o recorte territorial tem sido utilizado como unidade de referência para o planejamento. Desde 2007, o planejamento estadual adotou uma nova regionalização, com a criação dos territórios de identidade (atualmente são 27 territórios). Essa regionalização tem sua origem no processo de discussão impulsionado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no âmbito da implantação da política de desenvolvimento territorial rural.

A definição utilizada pelo governo estadual é a mesma dos documentos de referência da política de desenvolvimento territorial rural do MDA, cuja ideia é que o território é

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais - tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições - e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (Brasil, 2005, p. 7-8).

O conceito destaca a ideia de território enquanto um espaço socialmente construído, em que o desenvolvimento deve ser pensado a partir de suas diferentes dimensões, tomando como referência as relações entre os seus atores (governamentais e não-governamentais). “Os territórios são, assim, entidades socioespaciais, ou relacionadas às atividades humanas conduzidas num dado espaço; eles refletem, portanto, um procedimento de construção política” (Jean, 2010, p. 51).

Bonnal e Maluf (2009) destacam que o território é conceitualmente considerado um espaço geográfico construído com base em uma identidade local, referência que, segundo os autores, deve ser entendida como um duplo convite:

De um lado, ela é uma incitação para reivindicar tratamento diferenciado com base em especificidade afirmada, seja ela cultural, econômica ou ambiental (extrativistas, quilombolas etc.). De outro lado, ela é um convite para empreender ações coletivas com vista à construção de uma imagem coletiva que possa dar sentido a projetos específicos locais. (Bonnal; Maluf, 2009, p. 98).

Pensar as políticas de desenvolvimento através de uma abordagem territorial envolve o conhecimento das especificidades dos territórios, buscando entender as suas particularidades a partir do tecido associativo existente e das diferentes relações aí construídas. Neste trabalho, o Território do Recôncavo ilustra essa perspectiva: é na revelação das suas características e dos seus empreendimentos que se busca discutir o fomento ao desenvolvimento territorial. O Território do Recôncavo é tomado como referência enquanto unidade de planejamento estadual, com o seu conjunto de vinte municípios. Mas, a unidade territorial de planejamento representa também, na perspectiva adotada neste trabalho, o espaço de construção de relações sociais pautadas na noção de um desenvolvimento territorial solidário, a partir do fortalecimento das redes de economia solidária.

3. As redes solidárias como estratégia de desenvolvimento

A economia solidária é um campo complexo formado por diferentes iniciativas. França Filho (2006) distingue nesse campo três modalidades principais: Entidade de Apoio e Fomento (EAF), Formas de auto-organização política e Empreendimento Econômico Solidário (EES). Para este artigo, interessa em particular a última, que é, de fato, a mais importante, sendo confundida ela mesma com a

economia solidária, já que as outras duas modalidades existem em função desta. Os EES podem assumir diversos formatos como cooperativas, associações, clubes de troca ou empresas autogestionárias.

Para a realização do levantamento de dados que compõem o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, a economia solidária é

[...] compreendida como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária. Nesse conjunto de atividades e formas de organização destacam-se quatro importantes características: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade. (Atlas..., 2006, p. 11).

Os EES mapeados no Brasil até 2007 (ATLAS..., 2009) estão organizados em associações (52%), grupos informais (36,5%), cooperativas (10%) e outros (1,5%).

Um conceito relevante para a reflexão proposta neste trabalho é o de Rede de Colaboração Solidária (RCS). A organização em rede é uma característica marcante tanto na dimensão econômica quanto nas dimensões política e social da organização dos empreendimentos. Para o desenvolvimento de uma comunidade, é preciso promover e consolidar ações de cooperação, gerando trabalho e renda, com a interação das cadeias e das redes econômicas e sociais (Coelho, 2000).

A rede é fundamental para uma concepção sustentável-solidária de desenvolvimento, a qual parte da ideia de que o combate à pobreza e a promoção do desenvolvimento local não podem ser baseados na capacidade empreendedora individual, mas sim na organização coletiva “[...] com base na afirmação do conceito de rede de economia solidária enquanto estratégia complexa e inovadora de cooperação para promoção do desenvolvimento local” (FRANÇA FILHO, 2008, p. 223). Assim, essa estratégia de promoção do desenvolvimento vai de encontro à via insercional-competitiva, que se limita à inserir a população desempregada na economia formal, seja através da geração de novos postos de trabalho ou através do fomento ao empreendedorismo (França Filho, 2008).

A noção de Rede de Colaboração Solidária (RCS), para Mance (2009), “[...] denota a existência de conexões entre os empreendimentos e iniciativas de economia solidária e a circulação colaborativa entre eles de informações, valores e materiais.” (p. 279). As redes solidárias devem integrar consumidores, produtores e prestadores de serviço. Seu objetivo principal é a geração de trabalho e renda e também deve contribuir para a melhoria do padrão de consumo de todos que dela participam numa perspectiva sustentável, de uma sociedade em que não haja exploração do trabalho e degradação ambiental (Mance, 1998; 2009). As redes são construídas a partir da realidade da comunidade, ou seja, dos grupos e demandas locais. Assim, integra-se produção e consumo buscando a construção conjunta de demanda e oferta. Por isso, utiliza-se também o termo “prossumidores” (produtor/consumidor).

Uma rede de economia solidária articula várias iniciativas de economia solidária visando à constituição de um circuito próprio de relações econômicas e de intercâmbio de experiências, saberes e valores. Os principais objetivos de uma rede de economia solidária são: 1) permitir a sustentabilidade dos EES; e 2) fortalecer o potencial de uma localidade quanto à sua capacidade de promover seu próprio processo de desenvolvimento (França Filho & Cunha, 2009).

França Filho e Cunha (2009) classificam as redes de economia solidária em três tipos: transterritorial, territorial e mista. Uma rede transterritorial pode articular vários EES operando na cadeia produtiva de determinado produto. A cadeia produtiva articula elos do processo produtivo, desde a matéria-prima até sua comercialização. Seus atores interagem ativamente, compartilhando recursos financeiros, logísticos e infraestrutura produtiva, contribuindo dessa maneira com a

distribuição equitativa da renda entre todos os membros da cadeia. Ela pode envolver também acordos e contratos bilaterais (ou multilaterais), a exemplo do comércio justo¹ (França Filho & Cunha, 2009).

Uma rede territorial de economia solidária abarca, em uma mesma base territorial, iniciativas de economia solidária em diferentes âmbitos de atuação, como consumo consciente, finanças solidárias, tecnologias livres, produção autogestionária e serviços locais, entre outros. Esse tipo de rede supõe haver articulação entre iniciativas de distintas naturezas – socioeconômicas, sociopolíticas, socioculturais e socioambientais. Além disso, ela admite diferentes níveis de articulação com a economia local preexistente. Representam associações e/ou articulações de vários empreendimentos solidários num determinado território com o objetivo de constituir um circuito próprio de relações econômicas e intercâmbio de experiências e saberes (França Filho & Cunha, 2009).

Por fim, a rede mista supõe haver uma dimensão territorial que envolva parcerias e articulações transterritoriais. Na prática, as redes locais de economia solidária tendem a ser mistas pelo fato de raramente se encontrar alguma experiência limitada a um âmbito geográfico específico, por razões inclusive de sustentabilidade da própria rede, que tende a conectar-se com outras através da expansão de suas atividades (França Filho & Cunha, 2009).

Criada em 2009, em Salvador, a RedeMoinho – Cooperativa de Comércio Justo e Solidário é uma cooperativa de serviços na área de comércio justo e economia solidária, que compra e vende produtos solidários, agroecológicos e da agricultura familiar. Sua organização é um exemplo de rede do tipo mista, conforme classificação dos autores mencionados. Ela atua em duas frentes: com o produtor, prospectando clientes e assessorando-os quanto ao cumprimento dos critérios do comércio justo; e, com o consumidor, buscando produtos do seu interesse (Rêgo, 2010).

As redes de economia solidária podem ser vistas como uma estratégia de cooperação para o desenvolvimento territorial, contudo, a consolidação das redes solidárias e cadeias produtivas é um dos principais desafios enfrentados atualmente pela economia solidária (Gadotti, 2009). Nesse sentido, as políticas públicas têm um papel essencial no fomento à cooperação, não somente como forma de gerar trabalho e renda, mas como estratégia sustentável de desenvolvimento.

Em 2012, foram destinados R\$36,3 milhões (trinta e seis milhões e trezentos mil reais) pela SETRE² para apoio e fomento a redes de economia solidária. No mesmo ano, o MTE destinou R\$48 milhões (quarenta e oito milhões de reais) em editais de chamada pública³ cujo objeto e/ou objetivos apontavam para o apoio técnico, fomento e organização de redes.⁴

4. O Território do Recôncavo como espaço de reflexão

O Território do Recôncavo aqui considerado é a unidade de planejamento definida enquanto “território de identidade”, sendo constituído por 20 municípios do estado da Bahia. São os municípios de Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, D. Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragojipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo.

¹ O termo comércio justo designa redes de organizações, envolvendo consumidores e produtores em diferentes partes do mundo. O seu objetivo é o estabelecimento de relações comerciais mais justas entre consumidores em países do Norte e produtores organizados em países do Sul.

² Editais SETRE 04/2012, 09/2012 e 10/2012.

³ Editais SENAES/MTE 01/2012, 02/2012, 03/2012 e 04/2012.

⁴ Entre as Entidades de Apoio e Fomento (EAF), destacam-se as incubadoras universitárias, iniciativas formadas no interior das universidades, compostas por professores, técnicos e estudantes de diversas áreas, que realizam atividades de ensino, pesquisa e extensão na formação e desenvolvimento de cooperativas e outros empreendimentos solidários, prestando assessoria e divulgando os princípios cooperativistas.

A região considerada como Recôncavo, da qual esses municípios fazem parte, é historicamente de grande importância socioeconômica e cultural para o estado da Bahia. Conforme Fraga (2010),

[...] a palavra Recôncavo significa terra em redor de qualquer baía. No Brasil ela terminou se vinculando mais fortemente à região que circunda a Baía de Todos os Santos. O processo de ocupação da região seguiu determinados vetores que por muito tempo definiram os caminhos e percursos que ligavam a capital da Bahia às localidades mais distantes do litoral. (p. 06).

Fraga (2010) destaca que o Recôncavo foi a primeira região colonizada, de forma sistemática, pelo governo português. Segundo Brandão (2007),

O Recôncavo histórico e cultural - área da Grande Salvador - está contido, na face litorânea da Zona da Mata, entre os rios Sauípe e Jequiriçá, formando uma faixa em semicírculo de cerca de 50 a 70 km de largura, em torno da Baía de Todos os Santos. Vem daí sua designação de Recôncavo da Bahia ou simplesmente Recôncavo [...]. (p. 02).

Nos anos 1950, o Recôncavo teve o seu desenvolvimento associado ao petróleo, com a instalação da Refinaria Landulpho Alves, no município de São Francisco do Conde, e do terminal marítimo, no município de Madre de Deus. A criação do Centro Industrial de Aratu, nos anos 1960, provoca uma mudança na relação entre Salvador e o Recôncavo. Os investimentos governamentais passam a ser cada vez mais concentrados nos municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS), gerando certo isolamento do Recôncavo (Brandão, 2007).

Importante registrar que a economia baiana apresentou significativas mudanças na sua estrutura produtiva nas últimas décadas. Os anos de 1970 e 1980 foram marcados pelo crescimento da atividade industrial no estado, com foco na produção de bens intermediários, particularmente os segmentos da química e da petroquímica, instalados basicamente na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Com isso, a economia baiana apresenta uma forte concentração setorial e espacial. O setor de serviços ganha importância nos anos mais recentes, como resultado do próprio crescimento industrial, aumentando a sua participação, tanto na estrutura produtiva quanto na geração de empregos. Apesar das tentativas mais recentes de diversificação da economia e dinamização para o interior, grande parte dos municípios baianos apresenta um fraco desempenho econômico, dependendo das transferências das demais instâncias.

O Território do Recôncavo abrange uma área de 5.221,1 km², com uma população de 576.672 habitantes e uma densidade demográfica de 110,45 habitantes/km², de acordo com os dados do Censo Demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dos municípios que compõem o Território, o maior contingente populacional é encontrado no município de Santo Antônio de Jesus, com 90.985 habitantes. Além de Santo Antônio de Jesus, apenas mais dois municípios têm mais de 50.000 habitantes: Cruz das Almas e Santo Amaro (com 58.606 e 57.800 habitantes, respectivamente). O município com menor contingente populacional é Dom Macedo Costa (3.874 habitantes), seguido de Muniz Ferreira e Varzedo (7.317 e 9.109 habitantes, respectivamente).

O grau de urbanização no Território atingiu 69,2%, conforme os dados do IBGE para o ano de 2010. Embora parcela significativa da população possa ser considerada “urbana”, é importante destacar que os dados referentes aos municípios do Território demonstram um quadro de municípios pequenos, pouco populosos (com menos de 50.000 habitantes), e com uma densidade demográfica de menos de 100 habitantes/km², indicando que são municípios com características predominantemente rurais. Em relação a esse aspecto, é interessante lembrar a crítica de Veiga (2001) aos critérios utilizados no Brasil

para a diferenciação entre “rural” e “urbano”, que tornam o país cada vez mais urbanizado.⁵ Ainda segundo o autor, essa visão de urbanização, ao lado de uma concepção limitada sobre o rural - restrita ao agrícola, são obstáculos para a formulação de uma agenda de desenvolvimento para o país.

Carneiro (2001) destaca que a ruralidade (ou, como termo mais adequado, as “ruralidades”) é expressa de diferentes formas em contextos heterogêneos. Assim, para a autora, não cabe investigar a essência da ruralidade na distinção entre rural e urbano, mas analisar a “dinâmica social, econômica e cultural de determinadas regiões ou localidades levando em conta sua interação com universos culturais distintos” (Carneiro, 2001, p. 5). Com conteúdos diversos, o espaço rural tem sido alvo de mudanças que, ao mesmo tempo em que alteram as suas características intrínsecas, criando novas atividades, também reafirmam a sua natureza em oposição ao urbano. Ambos os caminhos podem ser analisados a partir das recentes transformações do capitalismo mundial.

A “ruralidade” do Território fica ainda mais evidente nos números da agricultura familiar. Do total de estabelecimentos agropecuários, 92% são classificados como familiares, no Censo Agropecuário 2006 do IBGE. São 28.542 estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área de 110.068 hectares. Característica marcante do rural baiano, a concentração de terras também está presente no Território do Recôncavo: os estabelecimentos familiares ocupam apenas 22% do total da área do conjunto dos estabelecimentos agropecuários⁶.

De acordo com os dados da SEI para o ano de 2009, o Produto Interno Bruto (PIB) do Território foi de 14,6 milhões de reais, representando 10,7% do PIB estadual. É a segunda maior participação no PIB baiano, perdendo apenas para o Território Metropolitano de Salvador. O peso dessa participação no PIB baiano é do município de São Francisco do Conde, que no ano de 2009 registrou um PIB de 11,4 milhões (8,3% do PIB da Bahia), o terceiro maior PIB do estado, perdendo apenas para os municípios de Salvador e Camaçari.

Considerando a estrutura setorial do PIB em 2009, observa-se que grande parte dos municípios que compõem o Território tem no setor de serviços a base da sua economia. São Francisco do Conde é o único município que apresenta uma indústria com participação importante no PIB setorial. Dom Macedo Costa é o município com maior peso na economia do segmento agropecuário (23,8%), seguido de Cabaceiras do Paraguaçu (21,3%) e Varzedo (21,2%). Apesar do peso do setor de serviços na economia do Território, deve-se observar que grande parte dos municípios tem na agropecuária a base da sua economia, com significativa presença da agricultura familiar, envolvida em atividades agrícolas e não-agrícolas. Isso se reflete nas características dos EES. Na região Nordeste, predominam EES (63%) que atuam exclusivamente na área rural (ATLAS..., 2009); no estado, a maioria deles é da área de produção, destacando-se a produção de farinha de mandioca.

O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES⁷ informa que foram mapeados 1.611 EES na Bahia, dos quais 78 (quase 5%) estão no Recôncavo da Bahia. Somente em 4 municípios não consta EES mapeados. São, em média, 3,9 EES por município. A maioria dos EES está organizada como associações; do total, 22% são cooperativas. Essa proporção está acima da média estadual, onde somente 8,8% dos EES mapeados estão organizados como cooperativas, e supera a média nacional, onde as cooperativas representam 10% dos EES mapeados até 2007 (Atlas..., 2009).

⁵ Conforme o autor, o grau de urbanização “[...] corresponde à porcentagem das pessoas que residem em sedes de municípios e de distritos, independentemente de qualquer consideração sobre suas características geográficas. Por exemplo, de nada importa a densidade demográfica, um dos principais indicadores das concentrações populacionais próprias às cidades, que as distingue dos níveis de rarefação que caracterizam o campo” (Veiga, 2001, p. 101).

⁶ Na Bahia, 87,4% dos estabelecimentos são classificados como familiares. Contudo, ocupam apenas 34,1% da área total dos estabelecimentos agropecuários.

⁷ Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/>>. Acesso em: 23 out. 2012.

Consultando o Catálogo de Cooperativas do Estado da Bahia (2012), é possível identificar 83 cooperativas no Território do Recôncavo. Na média, há 4,15 cooperativas por município. Dos 20 municípios, somente em 07 não há registro de cooperativas. O município de Santo Amaro apresenta o maior número (14), seguido de São Francisco do Conde (13), São Sebastião do Passé (12) e Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas (cada um com 9 cooperativas). Grande parte dessas cooperativas é recente, criadas principalmente a partir do ano 2000. Considerando o segmento, observa-se que as cooperativas atuam em diversas áreas - agropecuária, mineração, transporte, turismo, pesca, educação - e há predominância de cooperativas de serviço.

Embora seja expressivo o número de cooperativas registradas no Catálogo de Cooperativas do Estado da Bahia localizadas em municípios do Território do Recôncavo, não é possível afirmar que todas essas cooperativas estão situadas na economia solidária, conforme discutido na parte inicial desse texto. Os critérios apontados por França Filho e Laville (2004) para definição de EES contribuem para identificar, dentre as cooperativas, aquelas que atuam no campo da economia solidária.

Diante da quantidade e da diversidade de EES situados no Recôncavo da Bahia, é possível perceber um grande potencial para a organização de redes solidárias nesse Território. O número expressivo de cooperativas também aponta para essa via, considerando que essas organizações cumprem papel fundamental nas RCS, mobilizando pessoas e recursos locais para a produção e comercialização solidária e inclusiva, que vise ao atendimento das necessidades locais.

O mapeamento buscou identificar ações cooperativas entre diferentes EES no Brasil. Em 2005, mais de 5.500 empreendimentos (37%) efetuavam, no mínimo, um dos seguintes atos: aquisição de insumos dos próprios associados ou de outros empreendimentos econômicos solidários e comercialização/troca de seus produtos ou serviços com outros empreendimentos da economia solidária. Até 2007 foram encontradas mais de 9.300 ações de cooperação (Atlas..., 2009).

O mapeamento realizado na Bahia demonstrou que a cada 10 EES, 6 participam de alguma rede ou fórum de articulação, entre as quais redes de produção/comercialização. Observa-se ainda que, entre as principais dificuldades enfrentadas pelos EES, estão: comercialização, acesso ao crédito e assistência técnica (ATLAS..., 2006; ATLAS..., 2009). As dificuldades de comercialização são enfrentadas por 72% dos EES (ATLAS..., 2009). Na perspectiva aqui discutida, aponta-se que uma das vias de superação dessas dificuldades é a organização de redes, articulando os distintos empreendimentos para a construção e consolidação de canais de produção e comercialização.

Como afirma Jean (2010),

As comunidades locais e regionais são tipos de agrupamento que podem ser organizar segundo uma lógica individualista, e até mesmo egoísta, ou segundo uma lógica solidária que pressupõe o compartilhamento dos recursos em função das necessidades das diferentes localidades e regiões, tendo em vista o bem-estar coletivo do maior número possível de cidadãos. (p. 59)

As redes solidárias, na medida em que articulam várias iniciativas no sentido da constituição de um circuito próprio de relações econômicas e de intercâmbio de experiências, saberes e valores, favorecem o desenvolvimento territorial. Nessa perspectiva, o desenvolvimento assume um caráter multidimensional (não se limitando aos aspectos econômicos) e endógeno (baseado nas demandas e potencialidades locais). Tais características criam importantes condições para a sustentabilidade das ações, pautadas em uma relação com os grupos sociais do território. Essa articulação baseada em distintas ações de cooperação entre os empreendimentos promove o fortalecimento do tecido associativo local.

5. Considerações finais

Este artigo teve como objetivo refletir sobre o fomento ao desenvolvimento territorial, a partir do fortalecimento das redes de economia solidária. Tomou-se como espaço de reflexão o Território do Recôncavo, no estado da Bahia. Na primeira parte do texto, refletiu-se sobre a abordagem do desenvolvimento a partir do conceito de território enquanto unidade de planejamento da gestão pública. Em seguida, buscou-se apresentar alguns conceitos que fundamentam a discussão proposta no campo da economia solidária.

Tomando como referência os dados sobre os empreendimentos econômicos solidários no Território do Recôncavo, no estado da Bahia, buscou-se refletir sobre o potencial organizativo para o fomento do desenvolvimento territorial, centrado nas redes solidárias. Nessa perspectiva, considera-se que existe um fértil campo de reflexões e análises para pensar políticas públicas de desenvolvimento. Particularmente, cabe refletir sobre o papel das políticas públicas no fomento à cooperação, não somente como forma de gerar trabalho e renda, mas como estratégia sustentável de desenvolvimento.

As redes solidárias devem abarcar diversas ações e projetos em torno do desenvolvimento comunitário em suas diferentes dimensões. Esses projetos devem levar em conta as características socioeconômicas e culturais do seu espaço, buscando valorizar o tecido associativo já existente, ao mesmo tempo em que estimula a construção de novas relações sociais nos territórios, na perspectiva de um desenvolvimento territorial sustentável.

Os últimos anos registraram um crescimento de iniciativas e projetos na área da economia solidária, o que tem se refletido no próprio crescimento dos empreendimentos econômicos solidários. Apesar dos avanços, ainda existe um longo caminho a ser percorrido no sentido de fortalecimento desses empreendimentos e consolidação de uma nova perspectiva de desenvolvimento. Os desafios são muitos, particularmente considerando a fragilidade de grande parte dos empreendimentos. Desde a necessidade de capacitação dos empreendimentos até a criação de espaços de articulação. O conhecimento das realidades específicas e distintas dinâmicas dos territórios é também crucial para o avanço desse processo. Além disso, as políticas públicas têm um papel essencial no fortalecimento das redes solidárias, enquanto estratégia de desenvolvimento.

6. Referências

- ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006. 60 p.
- ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005-2007. São Paulo: Todos os Bichos, 2009. 64 p.
- BONENTE, Bianca Imbiriba; ALMEIDA FILHO, Niemeyer. Há uma nova economia do desenvolvimento? In: ORTEGA, Antonio César (Org.). *Território, políticas públicas e estratégias de desenvolvimento*. Campinas: Alínea, 2007.
- BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. In: CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. (Org.). *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. Os vários recôncavos e seus riscos. *Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras*, v. 1, n. 1, 2007. p. 53-56. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/reconcavos/edicoes/n01/pdf/brandao.pdf>>. Acesso em: 15/10/2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais*. Brasília: MDA/SDT, jun. 2005.
- CANÇADO, A. Para a apreensão do conceito de cooperativa popular. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 29. , 2005, Brasília. *Anais...*, Brasília, 2005. 1 CD-ROM.

- CARRIÈRE, Jean-Paul; CAZELLA, Ademir Antonio. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. *Eisforia*, Florianópolis, n. especial, p. 23-48, 2006.
- CATÁLOGO COOPERATIVAS DO ESTADO DA BAHIA. Governo do Estado da Bahia, 2012.
- CARNEIRO, Maria José. Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade. In: NEA/UNICAMP. *II Seminário sobre o Novo Rural Brasileiro*. Campinas: IE/Unicamp, out. 2001.
- CAZELLA, Ademir Antonio; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. Olhares disciplinares sobre território e desenvolvimento territorial. In: CAZELLA, Ademir Antonio; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. (Org.). *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- COELHO, Franklin Dias. *Desenvolvimento econômico local no Brasil: as experiências recentes num contexto de descentralização*. Santiago, Chile: CEPAL/GTZ, 2000.
- FRAGA, Walter. A UFRB e o Recôncavo da Bahia. In: UFRB. *Caminhos, histórias e memórias*. Cruz das Almas: UFRB, 2010. p. 6-17.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, jun. 2002.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. *O&S*, v. 15, n. 45, p. 219-232, abr./jun. 2008.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; CUNHA, Eduardo Vivian da. Incubação de redes de economia solidária. In: CATTANI, A.; LAVILLE, J.; GAIGER, L.; e HESPANHA, P. *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Editores Almeida, 2009, p. 224-230.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. 199 p. (Coleção Sociedade e Solidariedade).
- JEAN, Bruno. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial sustentável: rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais. In: VIEIRA, Paulo Freire *et al* (Orgs.). *Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento*. Florianópolis: APED; SECCO, 2010. p. 49-76.
- GADOTTI, Moacir. *Economia solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. (Educação Popular, 1)
- MANCE, E. A. A revolução das redes, *Cepat-Inforna*, ano 4, n. 46, p.10-19, dez. 1998.
- MANCE, E. A. *Como organizar redes solidárias*. Rio de Janeiro: FASE, 2003.
- MANCE, E. A. Redes de colaboração solidária. In: CATTANI, A.; LAVILLE, J.; GAIGER, L.; e HESPANHA, P. *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Editores Almeida, 2009, p. 278-283.
- MOURA, Maria Suzana; MEIRA, Ludmila. Desafios da gestão de empreendimentos solidários, *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 12, n. 1, p. 77-84, jun. 2002.
- POMPONET, André Silva. Envolvimento social na formulação de políticas públicas: o PPA participativo 2008-2011 na Bahia. *Bahia Análise e Dados*, Salvador, v. 18, n. 1, p. 137-145, abr./jun. 2008.
- RÊGO, D. Consolidando uma rede de colaboração solidária na Bahia. Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 4., Lavras/MG. *Anais...*, Lavras/MG, 2010.
- RÜCKERT, Aldomar. Reforma do estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 17, p. 79-94, 2005.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. 127 p.

TARTARUGA, Iván G. Peyré O conceito de território para a análise do desenvolvimento rural. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43, 2005, Ribeirão Preto. *Anais...* Ribeirão Preto: SOBER, 2005.

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 101-119, set./dez. 2001.